



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CAMILA MARTINS JANUÁRIO

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO
COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE VIÇOSA/MG**

VIÇOSA/ MG
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CAMILA MARTINS JANUÁRIO

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO
COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE VIÇOSA/MG**

Monografia apresentada como parte das exigências da disciplina EDU 388 – Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de licenciada em Pedagogia pelo Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, sob a orientação da professora Dr^a. Cristiane Aparecida Baquim.

VIÇOSA/ MG
2017

CAMILA MARTINS JANUÁRIO

**AS AVALIAÇÕES EXTERNAS E A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO
COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO NA CIDADE DE VIÇOSA/MG**

Banca Avaliadora:

Professora: Cristiane Aparecida Baquim (orientadora)

Professora: Arlene de Paula Lopes Amaral

Professora: Joana D'Arc Germano Hollerbach

Aprovada em: 16 de novembro de 2017

VIÇOSA – MG

2017

“O fruto de um trabalho de amor atinge sua plenitude na colheita, e esta chega sempre no seu tempo certo”.

Autor desconhecido

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por sempre me guiar, pois sem Ele não teria forças para enfrentar essa longa jornada. A minha mãe Iraci Fernandes Martins Januário e ao meu pai José Flávio Januário pelo exemplo de vida, amor incondicional e pela minha formação como pessoa. Agradeço ao meu esposo William, pelo amor e companheirismo e que de forma carinhosa me deu força e coragem, dividindo essa caminhada comigo. Ao meu irmão William, por todo o aprendizado, amizade e ajuda em todos os momentos da minha vida. Agradeço aos meus afilhados, Lívia, Flávia, Rafael e André. Às vezes um sorriso de uma criança conforta mais que mil palavras de adultos.

Agradeço a toda minha família, tios, sogros, cunhadas, primos e amigos. Todos vocês que me incentivaram, sempre se fazem presente em minha vida. Agradeço a minha orientadora Cristiane Aparecida Baquim, por todo o incentivo, apoio e por acreditar no meu potencial. Agradeço a todos os professores, em especial, Cristiane Baquim, Arlene Amaral, Joana D'Arc Germano Hollerbach e Valter Machado da Fonseca, por toda contribuição em minha formação e ensinamentos. A Universidade Federal de Viçosa pela minha formação acadêmica.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise exploratória sobre a qualidade educacional no município de Viçosa/MG, identificando também nas escolas públicas municipais, que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, se estas utilizam os resultados das avaliações externas como referentes para desenvolverem um trabalho pedagógico e/ou de gestão com foco na qualidade social. Apesar do sentido polissêmico do termo qualidade, o consideramos sob duas perspectivas: uma qualidade articulada com o modelo neoliberal e, portanto, com um viés mais mercadológico; e uma qualidade voltada para as transformações sociais e pautada nos interesses da população, especialmente a mais excluída historicamente do processo educativo. Para esse estudo, buscamos desenvolver uma análise bibliográfica utilizando como fonte de dados as plataformas científicas Scielo e o Portal de Periódicos Capes/MEC, bem como artigos que analisam criticamente o conceito de qualidade. Além disso, realizou-se uma análise exploratória documental, visando apreender se a qualidade social pode ser identificada como política pública nessa localidade, bem como entrevista com representantes que ocupavam cargos estratégicos no setor educacional: a Secretária Municipal de Educação vigente no período e o diretor do Sindicato dos Professores (*Sind-UTE/MG*), que indicaram escolas que, supostamente, estariam desenvolvendo ações em prol da qualidade social. Nessas escolas, coletamos dados junto às equipes gestoras, que apontaram alguns aspectos necessários e práticas pedagógicas realizadas que visam uma educação de qualidade social, mesmo que apenas uma das instituições tenha, de fato, o acesso a uma das condições internas para garantia da qualidade social, qual seja, a infraestrutura física adequada. Da mesma forma, a política educacional analisada a partir da legislação educacional local, apresenta metas para o alcance da qualidade social, ainda que muito articuladas aos parâmetros determinados pelos índices padronizados dos governos Estadual e Federal, mas desenvolve poucas ações efetivas visando alcançá-la. Concluímos que não é possível indicar que há ações políticas coordenadas que visam o alcance dos aspectos que determinam a qualidade social da educação no município, nem pelo ente público, nem pelas escolas. Apenas ações pontuais e focadas em algum aspecto específico, mas que não evidencia uma política educacional municipal articulada. Reiteramos que a educação socialmente referenciada não pode primar o mercado e sua lógica excludente, contrapondo a qualidade à quantidade necessária para garantir as condições objetivas imprescindíveis à luta pela emancipação e liberdade humanas.

Palavras-chaves: Qualidade social da educação; Educação nos municípios; Política educacional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVOS	9
3. REVISÃO DE LITERATURA	10
3.1 Conceituando qualidade social da educação: fatores intra e extraescolares.....	10
3.1.1 Fatores intraescolares	11
3.1.2 Fatores extraescolares.....	13
3.2 Qualidade social da educação: aproximação conceitual	15
4. METODOLOGIA	16
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5.1 Análise do Plano de Careira Municipal de Viçosa	18
5.2 Análise do Plano Decenal Municipal de Viçosa	20
5.3 Análise das entrevistas com a Secretária Municipal de Educação e com o Diretor do Sind-UTE/Subsede Viçosa	21
5.4 A realidade das escolas	25
6. CONCLUSÕES	27
REFERÊNCIAS	28
ANEXOS	31

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca evidenciar uma temática que, apesar da sua eminente importância, ainda é pouco considerada enquanto determinante das políticas educacionais: a qualidade social da educação como política pública, considerando os resultados das avaliações externas. As avaliações externas são avaliações em larga escala implementadas no Brasil, especialmente a partir dos anos de 1990, e que assumiram grande importância no direcionamento das políticas públicas educacionais. Fortemente orientadas pelos princípios e demandas neoliberais, sua implementação e consequências passaram a impactar diretamente o sistema escolar público, onde a escola se torna uma importante instituição reprodutora e a educação assume uma perspectiva mercadológica.

Em tese, pressupõe-se que através das avaliações externas surjam transformações positivas no currículo, no planejamento da gestão, no trabalho docente e na qualidade do ensino. Entretanto, como nos aponta Santana e Rothen (2014, p.398), as avaliações se apresentam como “detentoras de uma verdade única, reforçando o estreitamento do currículo, a exclusão dentro da escola, a competição, o ranqueamento das instituições e a desvalorização dos profissionais do magistério, o que não produz a qualidade do ensino”. Mas a que qualidade estamos nos referindo?

Apesar do sentido polissêmico do termo qualidade, nesse trabalho vamos considerá-lo de duas formas opostas: uma qualidade voltada para o modelo neoliberal de educação e, portanto, com um viés mais economicista; e outra qualidade, voltada para as transformações sociais e pautada nos interesses da população, especialmente a mais excluída historicamente do processo educativo, configurando o que convencionou-se chamar de uma qualidade socialmente referenciada com uma perspectiva contrarregulatória (FREITAS, 2005). Assim, consideramos que as escolas, principalmente as públicas, podem construir contextos de resistência a tais lógicas mercadológicas, utilizando os resultados das avaliações externas a favor das transformações e da qualidade social da educação.

Os dados obtidos pelo Programa de Avaliação das Redes Públicas da Educação Básica - PROEB/SIMAVE¹, disponíveis no site da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), nos apontam que as escolas da rede municipal de Viçosa, no ano

¹ O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) integra o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE). O PROEB avaliou os estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das escolas municipais e estaduais de MG. (MINAS GERAIS, 2017)

de 2014, alcançaram índices que as situam nos níveis recomendado e intermediário nas habilidades de matemática e língua portuguesa, nessa ordem. Estes resultados positivos nos fizeram questionar se tais índices são revertidos em prol da qualidade social, quer seja no âmbito do município, quer seja no interior das próprias escolas.

Se há essa preocupação no município, é possível identificar a qualidade social como uma política pública que adota para o setor? Como ela se configura nos documentos oficiais e nas falas dos profissionais das escolas estudadas? A partir dessas questões, constituiu-se como objetivo da nossa pesquisa a realização de um estudo exploratório na cidade de Viçosa/MG, nas escolas públicas municipais que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental, e que foram indicadas por dois representantes educacionais do município em estudo, como instituições que promovem ações em prol da melhoria da qualidade social.

Vale ressaltar que a pesquisa será aqui apresentada na forma de um artigo, baseado nos resultados de um trabalho de Iniciação Científica, cuja pesquisa foi realizada entre agosto/2016 a julho/2017. Buscamos também dar continuidade às discussões já desenvolvidas em três pesquisas de Iniciação Científica anteriores, todas sob a orientação da professora Doutora Cristiane Aparecida Baquim, e que caracterizaram os resultados obtidos pelas escolas públicas da microrregião de Ubá/MG, e como esses resultados interferiram no trabalho docente. Cabe-nos, agora, identificar se há, na cidade de Viçosa, um movimento contrarregulatório que vise implementar práticas pedagógicas e/ou de gestão que culminem numa qualidade socialmente referenciada.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Realizar um estudo exploratório sobre as escolas públicas que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental, na rede municipal de Viçosa/MG, a fim de identificar se utilizam os resultados das avaliações externas como referentes para desenvolverem um trabalho pedagógico e/ou de gestão com foco na qualidade social da educação.

2.2 ESPECÍFICOS

- Definir o conceito de qualidade social a partir de um estudo bibliográfico em plataformas científicas (especialmente Scielo e portal de periódicos da Capes).
- Identificar se há propostas visando o alcance de indicadores sociais de qualidade educacional da escola pública na cidade de Viçosa/MG, a partir de documentos da Secretaria Municipal de Educação, ou seja, se a qualidade social pode ser identificada como política pública nessa localidade.
- Mapear (se houverem) as práticas pedagógicas e/ou de gestão que visem à qualidade social da educação nas escolas públicas municipais de Viçosa.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Conceituando qualidade social da educação: fatores intra e extraescolares

Analisamos os trabalhos acadêmico-científicos encontrados nas plataformas Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sobre a temática, com o intuito de definir o conceito de qualidade social da educação. Identificamos dezessete artigos nos últimos doze anos, sendo que nove mais se aproximavam da nossa proposta, dois tratavam da qualidade definida de acordo com os currículos escolares, e quatro analisavam a qualidade tendo como referência as avaliações, três desses tratando das avaliações externas e um referente às internas. Passaremos, então, a apresentar a análise realizada de acordo com os nove artigos² que, de alguma forma, buscaram conceituar a qualidade na perspectiva dos avanços sociais, mas também acrescentamos outros artigos que referenciaram essa discussão e que não constavam nas bases de dados citadas.

Partimos do princípio de que existe um movimento paralelo ao modelo de qualidade quantitativa e mercadológica tão difundida, um movimento de contrarregulação voltado para a qualidade social. Os princípios desta qualidade vêm ganhando força nas discussões sobre as políticas educacionais, ensejando atender

² São eles: Freitas, 2005; Davok, 2007; Dourado e Oliveira, 2009; Fonseca, 2009; Silva, 2009; Ribeiro, Souza e Campos, 2011; Paz e Leite, 2011; Gusmão, 2013a; Gusmão, 2013b.

essencialmente às necessidades culturais e sociais do público escolar, buscando novos caminhos e uma nova organização pedagógica que permita se pensar para além do que se pode quantificar, para além de critérios econômicos. Mas o que seria a qualidade social da educação?

Dourado, Oliveira e Santos (2007, p.8) afirmam que “só tem sentido falar em escola de qualidade ou escola eficaz se consideramos um conjunto de qualidade ou de aspectos envolvidos”. Para identificar esses aspectos, os categorizamos como fatores internos e externos³ à escola e que refletem no processo de ensino-aprendizagem.

3.1.1 Fatores intraescolares

Os fatores intraescolares são aqueles que fazem parte do contexto interno da escola. Paz e Leite (2012, p.111) ressaltam que “ao conseguir colocar, praticamente, toda a população em idade escolar dentro dos sistemas de ensino, novas demandas se apresentam como desafios educacionais, que se sobrepõem à questão de acesso quantitativo, e passam a exigir políticas de melhoria da qualidade social”. Com essas novas demandas, tornou-se necessária uma reestruturação tanto dos aspectos pedagógicos, quanto das questões do espaço físico escolar. Dourado, Oliveira e Santos (2007) apontam algumas condições estruturais mínimas, como salas de aulas que atendam ao público demandado, ambientes de recreação para práticas esportivas, ambientes para reuniões com a comunidade, brinquedotecas, bibliotecas que ofereçam espaços apropriados para a leitura, entre outros.

Ribeiro, Souza e Campos (2011, p.260) apontam que os seres humanos necessitam, para se desenvolverem em suas múltiplas capacidades, de diversos fatores, “como ambiente social e físico saudável, conforto, recursos psicológicos e de uma alimentação balanceada”. A garantia constitucional da merenda escolar para os estudantes vem ao encontro dessa compreensão, sendo de suma importância para o desenvolvimento integral da criança.

O governo federal, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, oferece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que tem caráter suplementar ao repasse de verba da União para os estados e municípios, às escolas públicas. Apesar do caráter assistencial do Pnae, os valores repassados representam uma contribuição

³ Essa é uma “separação” meramente didática, para fins de exposição da temática analisada, tendo em vista que consideramos que os fatores intra e extraescolares estão intrinsecamente ligados quando se considera a escola enquanto espaço social onde se desenvolvem ações em prol da qualidade do ensino.

financeira muito baixa, levando em consideração o oferecimento de uma alimentação de qualidade, e que essa merenda se constitui, muitas vezes, como a primeira ou uma das principais refeições diárias do aluno (MOTA et. al., 2013).

Outro fator intraescolar fundamental é apontado por Silva (2009), qual seja a organização do trabalho pedagógico da gestão escolar, com projetos escolares, trabalhos com colegiados e com conselhos escolares etc. É fundamental uma gestão democrática que trabalhe envolvendo todos os profissionais nas demandas e nas tomadas de decisões, na criação do projeto político pedagógico que constitui a identidade da escola, e nas diretrizes e percursos que serão desenvolvidos, bem como envolva a comunidade na organização de um ambiente mais participativo, baseado no diálogo e mais agradável para todos (SILVA, 2009).

Quanto ao trabalho pedagógico, existem práticas que também conduzem a essa qualidade. Silva (2009, p. 225) aponta algumas ações a respeito do trabalho pedagógico intencional com esse objetivo: “é aquele que se alcança por meio de atividades voltadas para a produção de ideias, de concepções, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades”. Trata-se de movimentos feitos pelos profissionais para proporcionar aos alunos uma aprendizagem que busque a garantia de acesso aos bens culturais acumulados pela humanidade e que possam fazer diferença na realidade desses alunos.

Soma-se a isso a necessária valorização do corpo docente, tanto economicamente com salários adequados que valorizem todo o esforço e prestigiem a profissão, quanto em relação à capacidade do sistema de garantir a formação continuada. Nesse sentido, novamente a qualidade e a quantidade se entrelaçam quando o financiamento adequado da educação garante a execução desses direitos. Valorizados e estimulados, os docentes podem, assim, decidir inovar suas práticas e, com a colaboração da gestão, podem ampliar sua compreensão sobre os índices e propor mudanças que realmente façam diferença na vida escolar do aluno.

Claro que muitos outros fatores intraescolares podem contribuir para a melhoria da qualidade social da educação, mas nos restringimos, aqui, aos artigos analisados conforme exposto. A seguir, destacaremos o que pontuam os autores em relação aos fatores externos.

3.1.2 Fatores extraescolares

Dourado, Oliveira e Santos (2007, p.13-14) afirmam que vários estudos realizados revelam que as dimensões extraescolares “afetam sobremaneira os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem mais significativa, daí porque tais dimensões não podem ser desprezadas se queremos efetivamente produzir uma educação de qualidade para todos”. Ribeiro, Souza e Campos (2011, p.260) apontam que “não é possível falar de qualidade educacional sem falar em condições de vida dos seres humanos”. Em seu trajeto até chegar à escola, o aluno enfrenta inúmeras situações e obstáculos para alcançar a aprendizagem. Silva (2009, p.225) nos aponta dois elementos fundamentais:

a) Fatores socioeconômicos, como condições de moradia; situação de trabalho ou de desemprego dos responsáveis pelo estudante; renda familiar; trabalho de crianças e de adolescentes; distância dos locais de moradia e de estudo. b) Fatores socioculturais, como escolaridade da família; tempo dedicado pela família à formação cultural dos filhos; hábitos de leitura em casa; viagens; recursos tecnológicos em casa; espaços sociais frequentados pela família; formas de lazer e de aproveitamento do tempo livre; expectativas dos familiares em relação aos estudos e ao futuro das crianças e dos jovens.

Esses são fatores que impactam decisivamente na forma como os alunos se relacionarão com o ambiente escolar e com aquilo que o sistema de ensino representa em termos de ambições e projetos de vida pessoais, profissionais e familiares. A família tem um papel muito importante nesse processo, e pode ser um diferencial na vida escolar do aluno. Esses fatores podem influenciar positiva ou negativamente no desempenho escolar do aluno, porém muitas vezes são ignorados e deixados de fora das avaliações externas por serem variáveis qualitativas difíceis de serem quantificadas.

Direitos do aluno, como o transporte escolar, o acesso à cultura (como bibliotecas, teatros, cinemas, museus, etc.), ao lazer e ao esporte, também influenciam e diferenciam a qualidade do trabalho feito pelo e para o estudante. Assim, se torna injusta a comparação do rendimento de uma criança da classe alta, que tem acesso a todos esses insumos, de uma criança das classes menos favorecidas, que muitas vezes têm acesso a esses insumos exclusivamente através da escola.

Outro fator extraescolar relevante são as políticas educacionais. Silva (2009, p.222) aponta que “a concepção de qualidade assentada na racionalidade técnica e nos critérios econômicos serviu e serve de referência para a formulação de políticas para a educação

pública no país”. As políticas educacionais hodiernas situam-se no campo de confluência da lógica mercadológica, da competitividade e do ranqueamento das escolas. Os sistemas educacionais estão atrelados a parâmetros e indicadores de cunho empresarial, refletidos, por exemplo, nas políticas de avaliações externas. Dourado e Oliveira (2009, p. 206) afirmam ser

necessária a priorização da educação como política pública, a ser efetivamente assegurada, o que implica: aumento dos recursos destinados à educação, regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, otimização e maior articulação entre as políticas e os diversos programas de ações na área; efetivação da gestão democrática dos sistemas e das escolas, consolidação de programas de formação inicial e continuada, articulados com a melhoria dos planos de carreira dos profissionais da educação etc.

Gusmão (2013a, p. 100), ao fazer um estudo a respeito do conceito de qualidade de acordo com os diversos atores sociais situados no Estado, na sociedade civil e em organismos multilaterais, concluiu

que está em jogo nas noções de qualidade da educação a redução das desigualdades educacionais, vista por dois prismas: 1) a elevação do desempenho dos estudantes nas provas de larga escala; e 2) a garantia de condições de ensino que conduzam a uma formação ampla dos estudantes.

Reforçando a identificação de que fatores externos e internos confluem para as ações que são desenvolvidas no chão da escola, destacamos o papel que essas provas têm ocupado no direcionamento das ações pedagógicas, influenciando decisivamente na questão da qualidade. Conforme Cappelletti (2015, p.95) sugere, “diante dos resultados é preciso que a equipe de educadores da escola analise criticamente o que foi solicitado nas provas e os resultados obtidos pelos alunos, com o objetivo de produzir uma proposta pedagógica necessária à escola”. Ou seja, as avaliações sem um determinado projeto de estudo e análise por parte das escolas, têm funções somente classificatória e seletiva, como o controle administrativo do Estado (CAPPELLETTI, 2015).

Outro fator extraescolar apontado por Silva (2009, p.224), sem o qual todas as demais ações estão fadadas ao descaso e ao fracasso, é o financiamento público adequado, com “recursos previstos e executados; decisões coletivas referentes aos recursos da escola; conduta ética no uso dos recursos e transparência financeira e administrativa”. Agir coletivamente sugere maior transparência na alocação dos recursos que chegam à escola,

que devem ser criteriosamente direcionados de acordo com um planejamento adaptado à realidade, atendendo a padrões éticos e morais na gestão dos recursos públicos.

Apesar de não destacado pelos autores analisados, consideramos fundamental acrescentar outro fator externo: o currículo. Eyng (2015) apresenta as consequências referentes às exigências contemporâneas acerca da necessidade de problematização do currículo e da avaliação. As novas exigências confluem para uma qualidade social, pois requerem que sejam levados em consideração “os sujeitos e os contextos em que convivem” (2015, p.137). O currículo precisa ser entendido e elaborado para os sujeitos reais. Matheus e Lopes (2014, p.351) afirmam que deve ser o “currículo voltado para a distribuição igualitária do conhecimento”, sendo esse um importante instrumento de reflexão das ideias e práticas pedagógicas que serão desenvolvidos pela escola.

Gusmão (2013b), analisando o conceito de qualidade a partir de cinco recortes referenciais, considera que todos

relacionam a noção de qualidade da educação a um direito a ser desfrutado por todos, implicando extinção de privilégios. Universalização do acesso à escola, igualdade de resultados nos resultados das provas padronizadas, oposição a uma visão mercantil e dualizadora da qualidade, introdução do contraponto das diversidades, transformação do modelo de educação; tudo se funda no valor de diminuição massiva da desigualdade, ainda que com enfoques diferentes.

Tendo em vista todos os fatores intra e extraescolares aqui apresentados, buscaremos fazer uma aproximação ao conceito de qualidade social da educação, na perspectiva dos trabalhos científicos que destacamos.

3.2 Qualidade social da educação: aproximação conceitual

Eyng (2015, p.141) afirma que a “educação de qualidade social expressa a concepção do direito à educação, que não se trata apenas do acesso à escola, mas também da permanência e, como resultado, de uma formação de qualidade.” A educação que almeje uma qualidade social deve se comprometer com o bem-estar coletivo, tanto para os profissionais da educação quanto para os alunos. Ela não só leva em consideração os aspectos sociais e culturais do aluno, ela de fato os considera como força motriz para realizar mudanças e alcançar um patamar diferente (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2010). Assim, uma escola de qualidade socialmente referenciada se desenvolve numa

perspectiva que considera que a escola é capaz de promover uma transformação social e combater as injustiças sociais tão fortemente arraigadas na sociedade. A educação, dessa forma, é um ato político capaz de modificar e transformar a sociedade em que vivemos através dos seus principais agentes transformadores, os professores.

O professor é o agente transformador e sua sala de aula é o espaço de ricas oportunidades de compartilhamento de aprendizagem e de motivação e conscientização de seus alunos, cidadãos, de se interessarem, de aprenderem e de participarem das tomadas de decisões das políticas públicas. Isso é compartilhado por Belloni (2003), citada por Flasch (2012, p.5), quando afirma que a educação de qualidade social é aquela “comprometida com a formação do estudante com vistas à emancipação humana e social; tem por objetivo a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade fundada nos princípios da justiça social, da igualdade e da democracia”.

Uma educação de qualidade social, leva em consideração os fatores internos e externos à escola, como insumos mínimos para se efetivar um processo de ensino-aprendizagem. Não há dúvidas que uma escola com estruturação mínima em um ambiente confortável, com seu corpo docente valorizado, é favorável à efetivação de uma aprendizagem significativa.

As avaliações externas promovidas pelo Estado são um importante instrumento estratégico se utilizadas a favor da escola e não como um processo obrigatório e hierárquico. Mas, concordamos com Freitas (2009) quando afirma que não é possível a mudança em sentido à qualidade negociada, se nós, membros de cada escola, não nos comprometemos ao desafio de, conforme o autor aponta, “pautar as demandas por condições de trabalho e, ao mesmo tempo, comprometer-se com o repasse aos seus alunos dos benefícios adicionais”. (2009, p.928). Eis um grande desafio para os/as educadores/as do século XXI.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa é do tipo qualitativo, pois “dedica-se mais a aspectos qualitativos da realidade, ou seja, olha prioritariamente para eles, sem desprezar os aspectos também quantitativos”. (DEMO, 1998, p.101)

É também um estudo exploratório, pois realizamos o levantamento de dados junto aos órgãos municipais que administram o sistema educacional de Viçosa, visando o mapeamento da qualidade social nesta localidade enquanto política pública assumida e/ou pretendida. Da mesma forma, realizamos esse tipo de estudo nas escolas públicas municipais que oferecem os anos iniciais do Ensino Fundamental e que foram apontadas, pela dirigente municipal de educação e pelo diretor do Sindicato dos Professores, como escolas de qualidade social. O objetivo foi delinear se estas utilizam os resultados das avaliações externas para rever suas práticas pedagógicas e/ou de gestão, tendo como foco a qualidade social.

Para atender a esses objetivos, a pesquisa bibliográfica é um essencial recurso metodológico, pois, de acordo com Severino (2007, p.122) “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses etc.”. O principal objetivo da pesquisa bibliográfica deste trabalho foi identificar as publicações acadêmico-científicas que discutem a temática em plataformas científicas (especialmente Scielo e portal de periódicos da Capes), para definir o conceito de qualidade social da educação. A seleção foi feita com base em artigos dos últimos 12 anos.

Como recursos de coleta de dados utilizamos os seguintes instrumentos: as análises documentais (em fontes primárias como a legislação de ensino do município), as entrevistas semiestruturadas e a aplicação de questionários. Conforme nos aponta Ludke e André (1986, p.38), a análise documental “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementado as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

As entrevistas foram fundamentais, pois essas nos permitiram dialogar diretamente com os sujeitos envolvidos com a questão que procurávamos conhecer e investigar. Para tanto, utilizamos as entrevistas semiestruturadas com dois atores sociais: a Secretária Municipal de Educação e o diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Subsede de Viçosa (Sind-UTE-MG). Essas entrevistas permitiram o acesso a dados subjetivos, diferentes dos divulgados nos resultados das avaliações externas.

Os questionários estruturados foram utilizados com vistas a identificar diretamente nas escolas dados que demonstrassem (ou não) ações pedagógicas e/ou de gestão voltadas

para o alcance da qualidade social. Tais questionários foram respondidos por um representante da equipe gestora de cada escola selecionada.

Após o levantamento destas informações e a sua conseqüente organização, os dados foram analisados qualitativamente, a partir da técnica da Triangulação de Métodos (documentos, entrevistas e questionários) sob a luz do referencial teórico. Conforme apontam Marcondes e Brisola (2014, p.201), “a Análise por Triangulação de Métodos reforça a importância do diálogo entre os dados empíricos, autores que tratam da temática estudada e análise de conjuntura, num contínuo movimento dialético”. Concluímos o trabalho com uma análise descritiva dos resultados, constituindo um material de referência sobre a qualidade social da educação nas escolas municipais viçosenses.

Como produtos desse trabalho, estão sendo elaborados dois artigos que serão submetidos a periódicos científicos, foi enviado um trabalho para um evento a ser realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (SITRE) e outro foi apresentado no Simpósio de Integração Acadêmica da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitos foram os dados provenientes dos levantamentos realizados. Entretanto, considerando as limitações desse artigo, sintetizamos nossas análises da forma como se segue.

5.1 Análise do Plano de Carreira Municipal de Viçosa

O Plano de Carreira dos Professores do município de Viçosa é referente ao ano de 1999, pela lei Ordinária 1.368, do governo do prefeito Fernando Santana. O documento apresenta pequenas alterações desde então, surgindo iniciativas para a sua atualização, conforme destacado no Plano Decenal do município de 2015. Uma reativação da comissão de elaboração do plano de carreira está sendo cogitada de acordo com as orientações do Ministério da Educação. Assim, analisaremos o plano de carreira existente até então.

Sinteticamente, o documento apresenta importantes normas que visam à valorização do educador. Na Seção I - Do magistério como profissão, destacamos o inciso III no qual há o “reconhecimento do significado social, político e econômico da educação para o desenvolvimento do cidadão e do país”, destacando o reconhecimento do profissional

docente como sujeito comprometido com a sociedade na formação de cidadãos. Para isso, o documento apresenta normas referentes à distribuição de alunos por turma, atribuições específicas de cada cargo, o ingresso através do concurso, entre outros. Salientamos a necessidade de garantir e autorizar (sem prejuízos) o afastamento do professor, temporariamente, para participar de congressos, reuniões científicas, integrar grupos de estudo e pesquisa, e também participar como aluno ou professor em cursos de extensão, aperfeiçoamento ou atualização. Ou seja, garantir condições para que se desenvolva a formação continuada.

Entretanto, esse é um exemplo de uma lei que não se efetiva plenamente na prática, pois os questionários aplicados aos gestores das escolas e a entrevista com o diretor do sindicato nos mostraram uma realidade bem diferente, onde a formação continuada, por diversos motivos, é deixada em segundo plano no planejamento municipal.

Valorizar o docente, através da formação inicial e continuada, remuneração adequada, jornada de trabalho que o permita se dedicar somente a uma escola e com condições de trabalho decentes, são importantes iniciativas para caminharmos em direção a uma educação de qualidade social. A qualidade em uma perspectiva social valoriza seu quadro docente, pois, conforme Di Giorgie Leite (2010, p.320 citado por Leite e Paz, 2012):

[...] professor de qualidade é profissional bem formado, motivado, com formação continuada, baseada nos problemas da prática, realizada principalmente na própria escola, que participa ativamente do projeto político-pedagógico, que pensa a sua prática. É o professor intelectual, crítico-reflexivo. Para que haja tais professores, é necessário mudar a sua formação inicial, a sua formação continuada e, sobretudo, a relação vertical, autoritária e desrespeitosa que caracteriza a forma de atuação da maioria das instâncias educacionais centrais com os professores.

Segundo Tachizawa e Andrade (2006 apud PIMENTEL, PALAZZO e OLIVEIRA, 2009) “o principal objetivo da implantação de um plano de carreira é beneficiar o desenvolvimento de uma organização, por meio de melhor aproveitamento de seus recursos humanos”. No caso do plano de carreira do magistério, é uma importante legislação para assegurar direitos, normas, o processo de movimentação, a progressão funcional e a evolução da remuneração dos servidores em cada categoria (PIMENTEL, PALAZZO e OLIVEIRA, 2009).

Ao analisar o Plano de Carreira da cidade de Viçosa, percebe-se ser necessário que o município busque avançar em dois aspectos: na urgência em atualizar o documento, pois é de suma importância para a garantia de direitos e de melhor organização das ações e pessoas; e pôr em prática as ações enfocadas no documento, especialmente a formação continuada.

5.2 Análise do Plano Decenal Municipal de Educação de Viçosa

O Plano Decenal Municipal de Educação (PDME) de Viçosa foi aprovado pela lei nº 2.487/2015, na administração do prefeito Ângelo Chequer, em consonância com o que preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), que regulamenta metas e diretrizes que devem ser cumpridas no prazo de dez anos.

Em ação articulada, Estados e Municípios devem desenvolver diretrizes e metas condizentes com o diagnóstico de suas realidades. Tais metas devem estar asseguradas no Plano Plurianual, articulado com as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais do município, que asseguram e viabilizam a execução do PDME. Para o cumprimento das metas, prevê-se que será promovida uma Conferência Municipal de Educação a cada quatro anos, para análise e avaliação das ações atingidas ou não.

Em relação ao tema da qualidade social, o documento apresenta metas para alcançá-la, como a universalização do ensino e a regularização do fluxo, o fomento ao oferecimento de transporte, saúde, infraestrutura, valorização do docente, formação continuada e avaliações estudantis municipais. Freitas (2007) sugere que a municipalização das avaliações de larga escala pode se configurar como uma alternativa interessante, pois evitaria que alguém distante daquela realidade tente ‘adivinhar’ de longe os problemas daquela cidade. Entretanto, o PDME também apresenta propostas articuladas aos parâmetros determinados pelos índices padronizados dos governos Estadual e Federal, visando mensurações quantitativas, pautadas na meritocracia e na responsabilização dos professores.

O PDME pode significar um grande avanço para que os municípios possam entender a própria realidade educacional e traçar metas para o alcance de seus objetivos, desde que haja vontade política que sustente sua efetivação. Trata-se de um instrumento importante para que, democraticamente, sejam alavancadas as mudanças desejadas para a

área, mesmo que alguns dos seus objetivos estejam fortemente ligados ao alcance dos índices governamentais.

5.3 Análise das entrevistas com o Diretor do Sind-UTE/Subsede Viçosa/MG e com a Secretária Municipal de Educação de Viçosa

O atual diretor do Sind-UTE/Subsede Viçosa/MG é professor atuante em uma escola estadual localizada no município. Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa, ministra as disciplinas de História e Filosofia.

Em sua fala, o educador apresenta uma perspectiva de qualidade educacional voltada totalmente para as questões sociais, destacando a preocupação com a estruturação do edifício escolar, a formação e a valorização docente e a participação da comunidade. De acordo com sua análise, três aspectos são importantes ao visar essa qualidade: i) infraestrutura adequada, e o professor ressalta que as estruturas dos edifícios escolares no município de Viçosa ainda estão distantes de um modelo ideal, e por isso o município vem procurando reformá-las e ampliá-las, com a construção de quadras poliesportivas, principalmente para o atendimento do horário integral. Destaca também a construção de creches para a educação infantil.

Ao ser indagado, o professor indicou apenas uma escola municipal que apresenta infraestrutura compatível com os fatores internos de uma escola com qualidade social. Além disso, a escola trabalha com o tempo integral e conta com uma supervisora para cada nível de ensino, o que permite um atendimento individualizado e um trabalho voltado para a necessidade de cada nível. Mas não destacou outros fatores que poderiam determinar práticas pedagógicas e/ou de gestão compatíveis com esse padrão de qualidade. Destaca-se que essa escola não foi citada pela dirigente municipal.

Outros aspectos mencionados são: ii) o processo de ensino-aprendizagem, que é uma demanda que depende mais do professor, mas não exclusivamente dele e; iii) a formação dos professores, sendo que no município ele afirma ser uma situação complicada, principalmente quando se trata de formação continuada em serviço. Existe um esforço individual dos docentes para que seja efetivada essa formação continuada, entretanto ele esclarece que “a questão toda da formação em serviço é que ela esbarra na alocação de recursos, nós temos um problema muito sério que a Secretaria Municipal de Educação não

é uma gestora plena dos seus recursos, não é ela que define como ela vai gastar seu orçamento”. A Secretaria de Finanças é a responsável por traçar um projeto de execução orçamentária, que é encaminhado para a Câmara Municipal, onde é votado e aprovado pelos representantes legais. Com todos os gastos já direcionados, não restam rubricas para alocação de recursos para a formação dos professores. O diretor enfatiza que esta é uma questão em pauta dentro do Sindicato, porém sem muitos avanços com a Secretaria Municipal de Educação.

A ausência ou inadequação da capacitação, de acordo com Mello (1991, p. 17 apud VEIGA, LEITE e DUARTE, 2005, p. 149), resulta em “professores despreparados para trabalhar com o tipo de aluno que predomina na escola pública, sentindo-se abandonados e sem assistência para enfrentar a difícil tarefa, para a qual não teriam recebido formação adequada”.

No que se refere às ações das escolas municipais frente às avaliações externas e o retorno dos resultados obtidos através dos índices (como o IDEB e o SIMAVE), para desenvolver ações para a melhoria da qualidade, o professor afirma que “a rede pública municipal padece de uma coisa que o estado, ainda que tenha seus problemas, tem que é certa padronização, certa homogeneidade na condução das políticas públicas”. Destaca que há uma ausência de esforço da Secretaria Municipal para que seja desenvolvido um trabalho acerca das avaliações, pois se este trabalho é feito ele não é compartilhado com o público, diferente do que acontece nas redes estaduais, que mesmo apresentando alguns problemas é realizado. O que resulta é uma dualidade no tratamento das avaliações externas, de um lado existem escolas (“provavelmente as maiores”) que buscam trabalhar com os índices alcançados, realizam uma análise dos resultados e desenvolvem um trabalho pedagógico, entretanto há outras escolas que não articulam dessa maneira.

Entretanto, diante das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da qualidade social da educação, o educador identifica o Plano Decenal Municipal de Educação e o Plano de Carreira dos professores como importantes legislações que buscam esse direcionamento. Apesar do diretor do Sindicato apontar que houveram contratempos na elaboração do PDME, o diretor concebe esse documento como um bom norteador baseado nas necessidades do município.

Freitas (2005, p.924) ressalta a importância de uma relação “neste sentido, a interface inteligente e crítica com a comunidade local e com as políticas públicas centrais é uma necessidade”. O diretor concebe que a comunidade deve estar engajada e ativa, e ressalta que “a participação da comunidade escolar é a garantidora do direito social da educação. Eu só vou ter uma escola, por exemplo, inclusiva, se eu tiver uma comunidade escolar que demande que exija da escola essa inclusão.”

Salientam-se aqui as contribuições de Dourado e Oliveira (2009, p.212) quando afirmam que “a satisfação e o engajamento ativo da comunidade escolar [...] no processo político-pedagógico e, fundamentalmente, no processo de ensino-aprendizagem são fatores de fundamental importância para a melhoria do desempenho escolar e sucesso do estudante com qualidade na escola”. De fato, alcançaremos uma qualidade contrarregulatória à medida que os cidadãos compreendam a sua força e a importância de lutar para alcançar os direitos sociais que cada dia mais estão sendo retirados.

A outra entrevista foi realizada com uma representante do governo local, a secretária de educação da cidade. Ela assumiu a secretaria no ano de 2015, no primeiro mandato do atual prefeito Ângelo Chequer⁴. A secretária é licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Viçosa e é aposentada pela rede estadual de ensino de Minas Gerais, onde atuou como professora e também diretora de escola. Utilizamos as mesmas perguntas norteadoras aplicadas ao diretor da Sind-UTE.

Quando a questionamos sobre a qualidade da educação, ela afirmou:

eu acredito ser a qualidade da educação, que você tem que saber o resultado de um IDEB, tem que saber como que está a demanda em cada escola, tem que procurar ter um trabalho continuado com a supervisão. Por que você tem que trabalhar com dados e esses dados têm que ser analisados desde educação infantil até o final do ensino fundamental, pensando numa exclusividade que é a qualidade da educação.

É uma preocupação da atual política municipal viçosense alcançar as metas estipuladas pelos governos Estadual e Federal, como a do IDEB. Com a descentralização educacional e a criação de instrumentos regulatórios e índices, os municípios que, aparentemente, receberam maior autonomia para governar, lidam com maiores desafios, ao receberem maiores responsabilidades sem o devido aumento de repasse financeiro.

⁴ No ano de 2017 a Secretária de Educação entrevistada foi exonerada e outra profissional ocupou esse cargo.

Sobre a qualidade social da educação a secretária apresentou uma compreensão básica acerca do conceito, relacionando-o com os aspectos sociais, como conhecer cada realidade escolar, a localização da escola, “fazer um levantamento no aspecto social de cada bairro, de cada, escola, de cada comunidade. Saber onde a escola está inserida, qual é a realidade daquela escola”. Ao solicitamos que nos indicasse escolas de qualidade social da cidade, a secretária apontou três instituições que participam do Programa Mais Educação e também de um programa privado de um Banco, que envolve esporte, projetos culturais e oficinas. Ao relacionar a qualidade socialmente referenciada aos aspectos sociais pautados por projetos, recordamos Belloni (2003, citado por FLASCH, 2012, p.6) ao abordar que “a qualidade social como direito de cidadania está intimamente ligada a uma política de inclusão social”.

Ao questionarmos se a SME leva em consideração as avaliações externas e o retorno dos resultados obtidos através dos índices (como IDEB e o SIMAVE) para desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade, fomos informadas que há um acompanhamento direto das supervisoras da secretaria com as supervisoras das escolas municipais. A secretária afirma realizar “um estudo, uma análise de estratégias, tudo relacionado depois do resultado de cada escola separadamente”. Freitas (2005, p.928) afirma que “cada escola deve tornar-se um centro de reflexão sobre si mesma, sobre o seu futuro”, o que deve considerar não apenas as metas e resultados, mas toda a realidade da escola ao longo dos anos.

Os dois profissionais, apesar de diferentes concepções sobre a qualidade na educação, de fato, são educadores que visam à formação de cidadãos preparados para a sociedade. Ressaltamos e concordamos com a fala do diretor do sindicato:

Só uma classe de trabalhadores organizada é que é capaz de mudar a sociedade, eu nem digo do ponto de vista revolucionário, não é isso, é onde você tem tanto uma burguesia organizada e uma classe trabalhadora organizada, que você consegue chegar a um padrão de qualidade social minimamente aceitável, a questão da equidade, de uma queda da desigualdade social ela só vem quando você tem uma melhor distribuição de renda.

Concordamos com Ribeiro, Souza e Campos (2011, p.260) que “não se pode desejar qualidade educacional sem mudar as bases de produção e com elas as relações de trabalho”. Uma melhor redistribuição de renda, melhores condições para que o cidadão possa buscar

uma qualidade de vida melhor para ele e sua família, influenciará diretamente na qualidade social da educação.

5.4 A realidade das escolas

Aplicamos questionários para representantes das equipes gestoras das escolas indicadas pelo Diretor do Sindicato e pela Secretária de Educação. O questionário continha sete perguntas referentes à compreensão sobre a qualidade da educação, da qualidade social da educação, do uso dos resultados obtidos através dos índices para desenvolver ações para a melhoria da qualidade, formação continuada oferecida, entre outras.

Apenas três das quatro equipes gestoras das escolas indicadas contribuíram participando da pesquisa, e a que não participou sempre alegava compromissos escolares que dificultavam nosso acesso. Entre as três escolas indicadas pela secretária de educação como detentoras de qualidade social, por participarem do Programa Mais Educação, uma delas de fato não participa do programa.

Diante das questões sobre a qualidade da educação e da qualidade social da educação, todas as representantes das equipes gestoras apresentaram em seus relatos algum fator concernente como: aluno, família, formação continuada, investimento etc. Entre as respostas, destacamos a de uma diretora: “seria possibilidade da educação em contribuir para as transformações sociais, tanto em uma mudança a nível macro, quanto à realidade próxima do aluno. Formar alunos que consigam ter as realidades e os momentos sociais e buscar estratégias para modificá-las”. É destacada pela profissional a forma como a educação é agente de transformações sociais e pessoais que deveriam partir da esfera intraescolar para atingir a esfera extraescolar, ou seja, para transformação da sociedade. Para Dourado, Oliveira e Santos (2009, p.16 e 17):

as dimensões intra-escolares afetam, sobremaneira, os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem mais significativa na medida em que incidem diretamente nos processos de organização e gestão, nas práticas curriculares, nos processos formativos, no papel e nas expectativas sociais dos alunos.

Todas as escolas participantes informaram que utilizam as avaliações externas e o retorno dos resultados obtidos através dos índices para desenvolver ações para a melhoria

da qualidade. Há uma dupla preocupação das instituições escolares como destacado pela diretora de uma das escolas: “[...] para melhorar tanto a aprendizagem quanto os resultados a serem alcançados. Exemplo: Aulas de reforço extra turno, projetos de leitura, dentre outros”. Concordamos com Capelletti (2015, p.99) que o “processo de avaliação, baseado exclusivamente em exames pontuais, mensuração, classificação, exclusão, é incompatível com o desenvolvimento educacional que tem no horizonte a qualidade sociocultural da educação”. Os resultados das avaliações externas não devem ser um fim em si mesmos, eles devem ser trabalhados em suas inúmeras possibilidades focando o bem estar intraescolar.

Identificamos, também, uma oposição entre a fala da Secretária Municipal de Educação, que afirma que a SME oferece cursos de formação continuada, e as falas das equipes gestoras das escolas, que apontam que não recebem tal formação. Informam que há uma convocação de diretores e supervisores pela secretaria para analisar os resultados alcançados, mas as gestoras apresentaram certo desconforto para responder essa pergunta, reformulando as respostas algumas vezes, para não apresentarem de forma clara que não recebem essa formação. Uma gestora escolar nos apresentou diretamente a urgência da necessidade de formação continuada para que os professores saibam lidar com a realidade da escola, da família e do aluno. Problemas cotidianos como indisciplina, relação família-escola, metodologias para professores, educação especial, foram alguns itens que foram citados como necessidades para estudos e pesquisas. Diante disto, é uma situação que se encontra urgente na cidade de Viçosa, que os órgãos municipais responsáveis invistam na formação continuada do seu corpo docente e também dos gestores.

Ao realizar a análise dos questionários e a visita aos espaços institucionais, percebemos que todas as representantes das equipes gestoras que participaram da pesquisa apresentam uma noção básica sobre elementos e fatores que impactam sobre a qualidade socialmente referenciada, entretanto, em termos estruturais apenas uma das instituições contava com o acesso a um destes fatores, qual seja a estrutura física adequada, como quadra poliesportiva, salas amplas e arejadas, brinquedotecas, auditórios, laboratórios etc, compatível com a indicação do diretor do sindicato. Entre as práticas pedagógicas escolares, a escola indicada pelo diretor ressalta trabalhar partindo da realidade de cada aluno e de suas necessidades.

Destacamos que as três instituições de ensino indicaram a importância do envolvimento e trabalho com a relação família-escola e todas afirmaram utilizar os resultados das avaliações externas para repensar as práticas pedagógicas e desenvolver novas intervenções, como o dia ‘D’ de análise, aulas de reforço no contraturno, projetos de leitura etc., indicando desta forma, que as escolas buscam reverter os resultados dessas avaliações em ações que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Percebemos que há muito o que se modificar nas escolas municipais viçosenses, para que realmente se promova mudanças pedagógicas para orientar as práticas e ações educacionais. É necessário, porém, uma parceria entre as escolas e os órgãos municipais educacionais, pois somente com um trabalho em conjunto que se alcança a qualidade almejada, formando os alunos para (na perspectiva das profissionais), tornarem-se “pessoas competentes tecnicamente com uma visão crítica”, e “cidadãos que irão contribuir para um futuro melhor”, “para a sociedade”. São essas as visões e anseios dos educadores que vivenciam a realidade educacional.

6. CONCLUSÕES

A produção acadêmico-científica sobre a temática da qualidade social da educação apresenta profundas análises, apesar de ainda pouco impactar os rumos das políticas educacionais. Foram poucos os artigos encontrados nas plataformas utilizadas que atendiam à proposta desse trabalho e, nesse sentido, complementamos esses dados com outros trabalhos que versam sobre a temática, mas sem esgotarmos a produção sobre o tema. Entretanto, apesar do conceito aparentar ser novo no meio acadêmico, não é novidade debater-se a qualidade enquanto requisito básico e mesmo sinônimo para a educação, pois a própria essência da educação pressupõe que os seres humanos em formação encontrem no ambiente escolar um local propício para a sua emancipação. Porque até mesmo os “automatismos” criados no interior da escola podem favorecer processos de emancipação, se entendidos enquanto espaços onde é possível agir para promover a compreensão da realidade, tendo em vista a “liberdade de grupo, em oposição ao arbítrio individualista” (GRAMSCI, 1999, p. 316).

Concluimos que a realidade nas escolas municipais viçosenses analisadas, caminha no sentido de propor ações pontuais e pouco articuladas a uma política educacional local

com esse foco, visando o que acreditam ser a qualidade socialmente referenciada. Essas instituições citam ações pedagógicas para fortalecer a relação família-escola, buscam conhecer a realidade de seu aluno para melhorar as práticas pedagógicas, mesmo que, somente uma das escolas tenha apresentado uma infraestrutura adequada, e que todas as instituições ainda necessitem de maiores investimentos externos do ente governamental para fornecer insumos necessários. Da mesma forma, a política educacional analisada a partir da legislação educacional local, apresenta metas para o alcance da qualidade social, mas esta encontra-se muito articulada aos parâmetros determinados pelos índices padronizados dos governos Estadual e Federal. Dessa forma, não é possível indicar que há uma preocupação evidente com o alcance dos aspectos que determinam a qualidade social da educação no município analisado.

É preciso visar uma modificação nesse pensar sobre qualidade do ensino ofertado. Acreditamos que não se trata de uma mudança rápida e fácil, capaz de eliminar imediatamente as diferenças entre as classes sociais. Mas, como estratégia de contra regulação a essa lógica, consideramos que as mudanças devem ocorrer dentro da escola, ou seja, mudanças intraescolares, onde o ‘chão’ da escola promova a transformação rumo à qualidade que desejamos, mas com a devida participação ativa das instâncias externas à ela, especialmente as Secretarias Municipais de Educação. A escola é um espaço de lutas e é através de iniciativas locais que vão se tecendo em seu seio é que afirmamos que é possível promover uma educação de qualidade socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

BRASIEL, M. E. da C. e BAQUIM, C. A. **As avaliações externas de Matemática na microrregião de Ubá: um estudo comparado das redes públicas de ensino.** Relatório final do Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFV. 2015.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Indicadores de avaliação.** Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/estrategias/7-3-indicadores-de-avaliacao>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CAPPELLETTI, I. F. Os conflitos na relação avaliação e qualidade da educação. **Educar em Revista**, p. 93-107, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/nspe1/1984-0411-er-1-spe-00093.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

DAVOK, D. F. Qualidade em educação. **Avaliação: Revista de avaliação da educação superior**. Campinas, v. 12, n. 3, p. 505-513, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n3/a07v12n3.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

DEMO, P. **Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo**. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v6n2/13912.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de; SANTOS, C. de A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental: textos para discussão, Brasília (DF), v. 24, n. 22, p.5-34, 2007. Disponível em: <http://escoladegestores.virtual.ufc.br/PDF/sala4_leitura2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

DOURADO, L. F. OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

EYNG, A. M. Currículo e avaliação: duas faces da mesma moeda na garantia do direito à educação de qualidade social. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 15, n. 44, jan./abr. 2015, pp. 133-155. Curitiba: Paraná. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=15034>. Acesso em: 28 set. 2016.

FREITAS, L. C. de. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação e sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, 2005. p. 911-933 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a10.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. Eliminação adiada: o acaso das classes populares no interior da escola e ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 965-987, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1628100.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o pragmatismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, mai./ago, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02>>. Acesso em: 27 set. 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Edição: Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUSMÃO, J. B. Significados da noção de qualidade da educação na arena educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 236, p. 100-124, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n236/06.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

GUSMÃO, J. A. A construção da noção de qualidade da educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 79, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n79/07.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

- LIBANEO, J. C., OLIVEIRA, J. F. e TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1986.
- MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista UNIVAP**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, jul. 2014. Disponível em: <<http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228/210>>. Acesso em: 01 mai. 2016.
- MATHEUS, D. dos S; LOPES. A. C. Sentidos de qualidade na política do currículo (2003-2012). **Educação & Realidade**, v.39, n.2, p.337-357, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a02.pdf> >. Acesso em: 27 nov. 2016.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Simave/Proeb 2012. **Revista de Gestão Escolar**. 2012. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2013/07/PROEB_GESTAO_2012.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.
- MOTA, C.H.; MASTROENI, S.S. de B.; MASTROENI, M. F. Consumo da refeição escolar na rede pública municipal de ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 94, n. 236, p. 168-184, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n236/09.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.
- PAZ, F. M. da ; LEITE, Y. U. S. Os contextos e contrastes da educação brasileira: a educação popular e as demandas por uma educação de qualidade. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 9, n. 2, p. 104-119, jul/dez 2012. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewPDFInterstitial/813/843>>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- PIMENTEL, G. S. R.; PALAZZO, J.; OLIVEIRA, Z. dos R. B. B. Os planos de carreira premiam os melhores professores? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 17, n. 63, p. 355-80, 2009. Disponível em: <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/51.pdf >. Acesso em: 29 mar. 2017.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Educação de Minas Gerais. Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/oque-e-proeb/> . Acesso em: 15 de nov. de 2017
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Portal do FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 08 nov. 2016.
- SANTANA, A. C. M. e ROTHEN, J. C. As avaliações externas no âmbito do modelo neoliberal: o caso do SARESP. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 3, n. 2,

ago./dez. 2014. p. 383-401. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/revista_educapoliticas/article/view/30285>. Acesso em: 08 nov. 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Caderno Cedex**, vol. 29, n. 78, Campinas, mai./ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200005>. Acesso em: 22 abr. 2016.

RIBEIRO, A. de C.; SOUZA, C. da M.; CAMPOS, S.M. Educação de qualidade, um bem a ser definido. **Roteiro**, v. 36, n. 2, p. 247-266, 2011. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/1092/pdf_174>. Acesso em: 9 set. 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Qual a situação da infraestrutura das escolas do seu município?** 2016. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/39089/qual-a-situacao-da-infraestrutura-das-escolas-do-seu-municipio/>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

VEIGA, L. da; LEITE, M. R. S. D. T; DUARTE, V. C. Qualificação, competência técnica e inovação no ofício docente para a melhoria da qualidade do ensino fundamental. **Revista de administração contemporânea**, v. 9, n. 3, p. 143-167, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v9n3/v9n3a08.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1. Pra você, o que é qualidade da educação
2. E qualidade social da educação?
3. Há, no âmbito da política educacional municipal, alguma legislação voltada para o desenvolvimento da qualidade social da educação?
4. Ainda no âmbito municipal, a secretaria de educação (SME) promove e/ou orienta ações nas escolas, voltadas para o desenvolvimento da qualidade social da educação? Poderia exemplificar (escolas e projetos)?
5. A SME leva em consideração as avaliações externas e o retorno dos resultados obtidos através dos índices (como o IDEB e o SIMAVE) para desenvolver ações para a melhoria da qualidade? Exemplifique.

6. Nessa mesma perspectiva, a SME promove cursos de formação continuada e/ou capacitação em serviço para os profissionais da educação utilizarem os resultados dessas avaliações? Se sim, como acontecem e quais os objetivos?
7. Qual o perfil do aluno que as escolas municipais atendem em sua maioria? Qual a expectativa da SME quanto ao perfil do aluno que pretende formar?
8. É possível indicar, dentre as escolas da rede municipal, alguma(s) que desenvolva ações concretas voltadas para a melhoria da qualidade social da educação?

DIRETOR DO GERAL - SIND-UTE/MG VIÇOSA

1. Pra você, o que é qualidade da educação?
2. E qualidade social da educação?
3. Você consegue identificar, no âmbito da política educacional municipal, alguma legislação e/ou ação político-pedagógica voltada para o desenvolvimento da qualidade social da educação?
4. É possível indicar, dentre as escolas da rede municipal, alguma(s) que desenvolva(m) ações concretas voltadas para a melhoria da qualidade social da educação? Exemplifique.
5. Você considera que as escolas municipais levam em consideração as avaliações externas e o retorno dos resultados obtidos através dos índices (como o IDEB e o SIMAVE) para desenvolver ações para a melhoria da qualidade? Exemplifique.
6. Você percebe se a secretaria municipal de educação (a SME) promove cursos de formação continuada e/ou capacitação em serviço para os profissionais da educação utilizarem os resultados dessas avaliações? Se sim, como acontecem e quais os objetivos?
7. Qual o perfil do aluno que as escolas municipais atendem em sua maioria?

QUESTIONÁRIO PARA AS EQUIPES GESTORAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

1. Pra você, o que é qualidade da educação?
2. E qualidade social da educação?
3. Você consegue identificar, no âmbito da política educacional municipal, alguma legislação e/ou ação político-pedagógica voltada para o desenvolvimento da qualidade social da educação?
4. E em sua escola? O PPP propõe ações para a melhoria da qualidade social?
5. Em sua escola, as avaliações externas e o retorno dos resultados obtidos através dos índices (como o IDEB e o SIMAVE), são levados em consideração para desenvolver ações para a melhoria da qualidade? Exemplifique.
6. Você percebe se a Secretaria Municipal de Educação (SME) promove cursos de formação continuada e/ou capacitação em serviço para os profissionais da educação utilizarem os resultados dessas avaliações? Se sim, como acontecem e quais os objetivos?
7. Qual o perfil do aluno que a sua escola atende em sua maioria? Qual a expectativa da sua escola quanto ao perfil do aluno que pretende formar?